



CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA **ESTADO DE MINAS GERAIS**

REQUERIMENTO Nº 138 / 2014

Sr. Presidente,

As Vereadoras infra-assinadas, na forma regimental, requerem a Vossa Excelência, consultado o Plenário, seja enviado Ofício ao Chefe do Poder Executivo Municipal, convocando o Secretário Municipal de Saúde, a Coordenadora do Programa Saúde da Família no Município, e as enfermeiras responsáveis pelas Unidades Básicas de Saúde do Município para, no prazo regimental comparecerem a esta Câmara Municipal, para prestarem esclarecimentos acerca do funcionamento das Unidades Básicas de Saúde e do SIAB – SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE ATENÇÃO BÁSICA.

JUSTIFICATIVA:

Apresentamos este Requerimento, Senhor Presidente e nobres colegas de vereança, diante da constatação “in loco”, realizada por nós em diversas visitas às Unidades Básicas de Saúde (antigos PSFs, hoje ESFs) e do cruzamento das informações ali obtidas com aquelas disponibilizadas pelo site do Ministério da Saúde, especificamente o SIAB – SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE ATENÇÃO BÁSICA, onde se verifica uma inconsistência de informações.

Somente para exemplificar, Senhores Vereadores, existem Agentes de Saúde que mesmo tendo deixado o serviço público há mais de um ano, ainda continuam no sistema, sendo informadas como empregadas públicas municipais lotadas nas Unidades Básicas de saúde;

Constatamos ainda:

Que existem Unidades Básicas de Saúde há mais de 6 meses sem enfermeiras responsáveis;

Micro áreas sem a presença do agente de saúde, há mais de 1 ano;



CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA **ESTADO DE MINAS GERAIS**

Consultórios dentários sem cumprir a exigência de carga horária de trabalho, sendo que apenas o consultório da unidade do Bairro Gomes se encontra com a regularidade de 8 horas diárias de atendimento.

E, ainda uma insatisfação muito grande dos empregados públicos das unidades de saúde visitadas com a atual gestão da Saúde, no tocante a materiais de atendimento à saúde como curativos, blocos de receituários, lâminas e frascos para exames de prevenção.

Citamos aqui, senhores apenas alguns casos para ilustrar a urgência que temos de esclarecer a real situação de funcionamento das UBSs, sendo que diante das inconsistências de funcionamento e dos dados informados ao SIAB, corremos um risco real de termos reduzidos os valores repassados ao Município pelo Governo Federal e pelo Governo do Estado para manter o funcionamento das Unidades Básicas de Saúde.

O fazemos, Senhor Presidente, visando unicamente exercer a função legislativa de fiscalizadora dos programas de saúde e dos recursos públicos enviados ao Município pelo Ministério da Saúde.

Contamos com o apoio dos nobres colegas para aprovação deste Requerimento.

Sala das sessões, 16 de junho de 2014.

QUELLI CÁSSIA COUTO

Vereadora do PPS

MARIA APARECIDA MARCELINO

Vereadora do PRB